



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**

**Artigo Monográfico de Especialização**

**A inclusão do aluno surdo na Escola  
Municipal Professor Honesto De Almeida  
Carvalho: Problematizando os espaços de  
formação docente**

**Ana Paula Marins Leones**

**RIO BONITO, RJ, Brasil  
2010**

**A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA ESCOLA MUNICIPAL  
PROFESSOR HONESTO DE ALMEIDA CARVALHO:  
PROBLEMATIZANDO OS ESPAÇOS DE FORMAÇÃO DOCENTE**

**Por**

**Ana Paula Marins Leones**

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**Orientador: Prof<sup>a</sup> Ms.Mônica Zavacki de Moraes**

**RIO BONITO, RJ, Brasil  
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria**  
**Centro de Educação**  
**Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e**  
**Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de  
Especialização

**A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA ESCOLA MUNICIPAL**  
**PROFESSOR HONESTO DE ALMEIDA CARVALHO:**  
**PROBLEMATIZANDO OS ESPAÇOS DE FORMAÇÃO DOCENTE**

elaborado por  
**Ana Paula Marins Leones**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Profa. Ms Mônica Zavacki de Moraes**  
(Presidente/Orientador)

---

**Profa. Ms. Camila Camillo**

---

**Profa. Ms. Melânia de Melo Casarin**

RIO BONITO, RJ, Brasil  
2010

*Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pois sem Ele, nada seria possível, aos meus familiares, amigos e professores que de muitas formas me incentivaram e ajudaram para que fosse possível a concretização deste trabalho.*

## **RESUMO**

Artigo de Especialização  
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de  
Surdos  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

### **A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR HONESTO DE ALMEIDA CARVALHO:PROBLEMATIZANDO OS ESPAÇOS DE FORMAÇÃO DOCENTE**

AUTOR: Ana Paula Marins Leones  
ORIENTADOR: Mônica Zavacki de Moraes  
RIO BONITO, junho de 2010

A presente pesquisa visa principalmente conhecer e discutir à inclusão escolar do aluno surdo, tendo em vista os discursos que atuam do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental. através de relatos de professores e de como esses profissionais estão problematizando a prática inclusiva, na cidade de Rio Bonito,

Palavras-chave: Surdo; professor ; inclusiva.

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2 CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2.1 Minha trajetória.....</b>	<b>8</b>
<b>2.2. EM CONTATO COM O ESPAÇO ESCOLAR.....</b>	<b>9</b>
<b>3 REPENSANDO AS PRÁTICAS INCLUSIVAS: ALUNOS SURDOS DO SEXTO AO NONO ANO.....</b>	<b>10</b>
<b>3.1 Conceito de Educação Inclusiva.....</b>	<b>10</b>
<b>3.2 Breve Histórico da Educação Inclusiva da cidade de Rio Bonito.....</b>	<b>1</b>
<b>4 PROBLEMATIZANDO OS DISCURSOS QUE TRANSITAM NA ESCOLA INCLUSIVA.....</b>	<b>12</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>16</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>19</b>
<b>7 ANEXOS.....</b>	<b>20</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

Nas últimas décadas do século XX, a Educação Especial vem adquirindo um espaço potencial tanto no cenário educacional mundial quanto no brasileiro.

Um marco na Educação Especial foi a Declaração de Salamanca:

Nós congregamos todos os governos e demandamos que eles:

- atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.
- adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma.
- desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva.
- estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais. (UNESCO,p 02-03,1994)

A partir daí vários segmentos da sociedade passaram a perceber a riqueza que existe na diversidade. O que resultou em uma alavanca para a indicação da adoção e posteriormente implantação da educação inclusiva no Brasil.

Apontando mudanças na Legislação brasileira, como a Política Nacional de Educação Especial, na qual está prevista que todos tenham direito à igualdade de oportunidades, regulamentando ações para incentivar o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais e o decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, regulamenta condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos portadores de necessidades especiais.

A lei 10.172/01 estabelece vários objetivos e metas dentro da Educação Especial entre elas: a implantação do ensino da Língua Brasileira de Sinais para os alunos surdos, bem como familiares, professores, funcionários e outros. O decreto de Nº 6.571, artigo três prevê a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado.

Considerando esse novo cenário na educação brasileira frente a Educação Especial, a idéia desse artigo surgiu através da minha atuação como professora de História do sexto ao nono ano do ensino fundamental, de uma escola regular que passou a incluir alunos surdos. Várias dúvidas e questionamentos passaram a ser

uma constante no meu cotidiano pedagógico. Passando haver necessidade de problematizar as dificuldades encontradas pelos professores para incluir alunos surdos na escola regular.

Considerando que a inclusão é uma prática em que o ensino regular deve receber todos os alunos, independente de sua deficiência e/ou diferença, a escola precisa comprometer-se e promover um espaço que proporcione o acesso e permanência desses alunos:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC, p11, 2007)

Portanto esta pesquisa visa principalmente conhecer e discutir à inclusão escolar do aluno surdo, tendo em vista os discursos que atuam do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental. Para isso foi realizado um levantamento de como esses profissionais estão problematizando a prática inclusiva, na cidade de Rio Bonito, visto que a educação de surdos vê esse sujeito possuidor de uma língua e cultura diferente.

## 2 CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO

### 2.1 Minha trajetória

Leciono a disciplina de História na rede particular e municipal de Rio Bonito desde 1990, do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Em toda a minha trajetória profissional procurei experiências e cursos ligados a diferentes Áreas da Educação, pois acredito que a formação profissional continua mesmo após o término da faculdade.

No ano de 2007, no sexto ano (na época seria quinta série) do terceiro turno, lecionei para um aluno surdo. Na minha cabeça duas perguntas persistiam: “- Será que vou conseguir realizar um bom trabalho com um aluno surdo? Eu não estou preparada, e agora? Tinha feito minha inscrição para o curso de Libras, porém a procura foi muito grande e a minha escola foi à última a entregar o material, conclusão: só no ano seguinte consegui entrar”.

E a pergunta persistia. : ”- Será que vou conseguir realizar um bom trabalho com um aluno surdo?” “Eu não estou preparada, e agora?” A Secretaria Municipal de Educação disponibilizou intérprete.

Com a presença de intérprete o processo de inclusão está garantido? Não, uma parte do obstáculo foi superado! Pois mesmo com a presença do intérprete, o meu relacionamento com o aluno caía em prejuízo. Fazia-se necessário estabelecer um meio de me comunicar com o aluno. Não podia simplesmente entrar, falar, falar e ficar tranqüila, pensando que a intérprete estaria repassando tudo, não era somente a dificuldade com a comunicação, era necessário um conjunto de estratégias, pois a questão de ensino aprendizagem não se resume a ter uma intérprete em sala de aula. Era necessária uma revisão no planejamento incluindo estratégias novas e mudança de postura do professor.

Sendo assim, comecei a buscar ajuda. Fazer este curso foi exatamente uma oportunidade de buscar questionamentos, de encontrar um apoio para a minha prática, pois encontrei alguns obstáculos como a ausência de pesquisas e materiais que tratassem da inclusão de alunos surdos do sexto ao nono ano do ensino fundamental. Nesta busca e questionamentos sobre ações pedagógicas que possam

vir a auxiliar a minha área de estudo e também minha relação para com os alunos surdos incluídos na rede municipal de ensino da cidade de Rio Bonito e na minha área de História, optei por fazer esse Curso de Especialização em Educação Especial Déficit Cognitivo e Educação de Surdos da UFSM.

## **2.2 Em contato com o espaço escolar**

O trabalho desenvolvido nesta pesquisa foi feito através de entrevistas com professores da Escola Municipal Professor Honesto de Almeida Carvalho, localizada na zona urbana da cidade, cujo endereço é: BR 101, Km 255, Praça Cruzeiro, na cidade de Rio Bonito, Rio de Janeiro.

No período do Estudo realizado, no EMPHAC, possuía cinco alunos surdos do sexto ao nono de um total de 800 alunos matriculados da educação infantil até o nono ano do ensino fundamental.

A estrutura física da escola é ampla, foi adaptada para a prática da educação inclusiva, foi a primeira escola da rede municipal a funcionar com uma sala de recursos.

Nessa pesquisa a problematização tem como base a prática educativa dos professores do sexto ao nono ano do ensino fundamental da Escola Municipal Professor Honesto de Almeida Carvalho, pra isso, entretanto estabeleci alguns critérios:

- Serem professores efetivos do sexto ao nono ano do ensino fundamental;
- Professores que lecionassem em disciplinas diferentes.

Assim considerando esses critérios acima citados e a problemática em questão, este trabalho contempla as práticas e os discursos de professores que atuam e vivenciam a educação de surdos no contexto da inclusão.

### **3 REPENSANDO AS PRÁTICAS INCLUSIVAS: ALUNOS SURDOS DO SEXTO AO NONO ANO**

#### **3.1 A Educação Inclusiva na educação de surdos**

A Educação Inclusiva procura atender às necessidades educativas especiais de todos os alunos, em um sistema regular de ensino, promovendo a aprendizagem e o desenvolvimento de todos.

A educação inclusiva é uma prática em construção e um desafio à escola de hoje. Para isso deve oferecer um ensino de qualidade para todos, sem exceção, porém, não pode e não deve deixar de conhecer e valorizar as diferenças individuais. A escola deverá atender as singularidades e necessidades do aluno, muitas vezes são necessárias inúmeras mudanças: físicas e pedagógicas.

Com relação ao aluno surdo:

Para o ingresso dos alunos surdos nas escolas comuns, a educação bilíngüe – Língua Portuguesa/Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola. O atendimento educacional especializado para esses alunos é ofertado tanto na modalidade oral e escrita quanto na língua de sinais. Devido à diferença lingüística, orienta-se que o aluno surdo esteja com outros surdos em turmas comuns na escola regular. ( Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, p.11 , 2007 )

Na educação de surdos a proposta da educação inclusiva em relação ao reconhecimento e valorização da língua dos sinais, pois através desta poderemos perceber os potenciais do aluno surdo.

#### **3.2 Breve Histórico da Educação Inclusiva da cidade de Rio Bonito**

A Coordenação de Educação Especial foi criada em 2006. Inicialmente duas coordenadoras tomaram posse, cada uma representava uma escola: Maria da Penha da Silva, professora regente na Estação de Rio dos Índios - escola de surdos - e Tânia Oliveira, psicóloga na Escola Especial José Reis. A idéia era que uma

representante de cada escola seria um suporte maior na elaboração e implantação dos projetos.

A partir de uma carta/pesquisa que foi enviada a todas as escolas da rede municipal com algumas perguntas chaves sobre inclusão. Surgiu então a idéia do I Fórum de Educação Inclusiva. O fórum teve uma grande repercussão, pois a partir desse foram criados os cursos de extensão na área da Educação Inclusiva.

Este fato é um marco na história dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, pois foi considerado pioneiro em todo o estado.

Em maio de 2007 A Secretaria de Educação e Cultura de Rio Bonito implantou cursos voltados para a Educação Inclusiva. Como por exemplo: Técnica de Leitura e Escrita do Sistema Braille, tendo como professor Oswaldo Ribeiro, que é cego e o Curso de Libras Nível I, cujo professor era Juliano Silveira, surdo. As vagas foram oferecidas para funcionários da Prefeitura Municipal de Rio Bonito, da saúde, educação, entre outros, a comunidade também foi convidada a participar.

Ainda em 2007 foi realizado o II Fórum de Educação Inclusiva, neste mesmo ano foi implantada a primeira Sala de Recursos, na Escola Municipal Professor Honesto de Almeida Carvalho.

Em 2008, Salas de Recursos foram implantadas na rede municipal de ensino, possuindo um perfil diferenciado, onde professor seria: pesquisador, criativo e dinâmico, com visão psicopedagógica. Neste mesmo ano a Escola Municipal Professor Honesto de Almeida Carvalho tornou-se um espaço de referência para comunidade surda da cidade de Rio Bonito.

Atualmente a Secretaria de Educação proporciona os seguintes cursos: Técnica de Leitura e Escrita do Sistema Braille, Sorobã, Língua Brasileira de Sinais níveis I, II, III, IV e V(proficiência), Saberes e Práticas da Educação Inclusiva, Educação Inclusiva Sala de recursos em Ação e Educar na Diversidade.

## 4 PROBLEMATIZANDO OS DISCURSOS QUE TRANSITAM NA ESCOLA INCLUSIVA

O discurso pedagógico assim como os clínicos patológicos, lingüísticos, religioso estatístico e jurídico, tem origem nos movimentos de pequenos grupos: as conhecidas minorias. No caso dos surdos é uma minoria lingüística que foge da norma pré-estabelecida. Os surdos começam a produzir outros discursos dentro de seus grupos.

Comunidade Surda não é um "lugar" onde pessoas deficientes, que têm problemas de comunicação se encontram, mas um ponto de articulação política e social porque, cada vez mais, os Surdos se organizam nesses espaços enquanto minoria lingüística que lutam por seus direitos lingüísticos e de cidadania, impondo-se não pela deficiência, mas pela diferença. (FELIPE, 2007, p. 197)

A comunidade surda é um lócus onde os sujeitos surdos encontram seus pares, o que na escola inclusiva se dá de forma diferente, pois muitas vezes, o aluno surdo não tem outro surdo dentro da sala de aula, para interagir e compartilhar a língua e a cultura. Assim sente-se excluído, pois precisa se adaptar ao grande grupo que não pertence à mesma cultura e não utiliza a mesma língua.

A LSB é a língua natural dos surdos:

Os surdos, enquanto grupo que tem uma experiência essencialmente visual e adquire uma língua visual-espacial, identificam-se como "surdos". Por outro lado, os ouvintes são identificados como aqueles que têm uma experiência essencialmente oral-auditiva, embora possam ter outros tipos de experiências visuais. (SKLIAR, 2000, p 44)

Portanto contratar um intérprete que atue em sala de aula, incentivar os cursos de LSB<sup>1</sup> entre os profissionais de educação é muito importante, pois, assim, teremos um sistema educacional que permite ao sujeito surdo ter acesso ao conhecimento. Esta reflexão nos remete a importância da LSB para a cultura surda:

[...] como pensar uma escola que, de fato, parta do reconhecimento daquelas singularidades lingüísticas e culturais, ao invés de apenas se propor a incluí-los (os surdos) na ordem de uma língua cuja sonoridade se perde, inescapavelmente, no labirinto de seus ouvidos? (Souza, 2003 p. 3).

---

<sup>1</sup> LSB é a abreviação de Língua de Sinais Brasileira.

Na Escola Municipal Professor Honesto de Almeida Carvalho, em todas as turmas que possuem alunos surdos, há uma intérprete. Na entrevista ao serem questionados como a LIBRAS é representada na sua sala de aula, dentro do contexto inclusivo, o Professor 1 responde que é por meio de intérpretes.”

As dúvidas em relação ao aluno surdo e os procedimentos pedagógicos a serem utilizados ficam resolvidos apenas com a presença de intérpretes? No dia a dia, é difícil a situação da convivência no qual o educador demonstra não estar preparado para lidar com os alunos surdos? Dentre as estratégias de preparação desse educador está o conhecimento de Libras.

Se quisermos uma prática escolar ao alcance de todos e para todos, não seria muito mais produtivo se o próprio professor soubesse Língua Brasileira de Sinais?

O mesmo pode ser dito em relação ao critério de competência e função, compreendidos em termos de maior domínio e do uso das diversas linguagens nas diferentes práticas e interações sociais. A possibilidade de construção de conhecimentos por meio da LIBRAS determinará que se tornem participantes ativos nas diferentes esferas de atividade humana (públicas e privadas) constituindo-se, desta forma, sujeitos na e da linguagem. (LODI, 2006, p. 6)

Os professores entrevistados citam as limitações e da falta de cursos de formação do docente para lidar com a diversidade da sala da aula.

Difícil, no começo, pois nós, professores não estudamos pra conviver com essa situação. É uma necessidade nova do mercado educacional. Tínhamos que ter sido preparados. A oferta de cursos poderia ser maior, com mais flexibilidade de horários. (Professor 1)

Quando falo de preparação estou me referindo a cursos que nos levem a compreender as dificuldades e limitações desse aluno. Por mais que se tenha interprete na sala de aula, é o professor que tem que passar a mensagem, o conteúdo... é necessário que haja maior proximidade entre professor aluno. (Professor 2)

No entanto, a necessidade de capacitação profissional na área de educação Especial não é recente na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva já previa a necessidade de formação continuada:

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial.

Para assegurar a intersetorialidade na implementação das políticas públicas a formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, aos atendimentos de saúde, à promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça. (MEC, p 11-12, 2007)

Com base no artigo de Thoma (2006, p 5) relacionando com o material coletado através de entrevistas com professores do sexto ano do ensino regular, foi observada a preocupação dos professores ao serem abordados sobre momento em que passaram a ter um aluno surdo em sua sala regular. Na entrevista ao ser questionado sobre o momento em que passou a ter um aluno surdo na sua sala regular se sua atuação mudou frente a isso, o professor 1 respondeu que: “sim, pois fui inserida em um novo contexto, assim a necessidade de adaptação para esta situação.”

Dentro da proposta da educação inclusiva, o professor é quem deve ser adaptar ao aluno e não ao contrário. Nesse sentido o professor 2 coloca que sua atuação mudou, pois passou a ter maior preocupação com o planejamento das atividades.

Podemos observar que a mesma pergunta foi feita para os dois professores, porém, para o professor 2 a preocupação do planejamento foi maior a partir do momento que um aluno diferente passou a fazer parte de sua turma.

A utilização de uma comunicação visual pode aproximar o professor ouvinte do aluno surdo.

Os diferentes tipos de “ouvintes” têm diferentes níveis de compreensão destas experiências visuais incluindo o respeito e/ou domínio da língua de sinais. Tais experiências tornam possível a participação em menor ou maior grau na comunidade surda. Isso significa que as experiências visuais intrínsecas às identidades e culturas surdas. Assim sendo as pessoas, as pessoas que tem mais experiências visuais passam a ser mais aceita pelos surdos. (SKLIAR, 2000, p 44)

Ao utilizar uma comunicação visual o planejamento do professor acabará por repassar uma aproximação lingüística com o aluno surdo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa realizada pude observar que durante os últimos anos a Secretaria de Educação e Cultura da cidade de Rio Bonito, Rio de Janeiro tem trabalhado de forma intensa e em alguns casos até mesmo de forma pioneira na implantação e desenvolvimento da proposta de inclusão, no município.

O fato que tudo que é novo gera muito expectativa, resistência, indagações e com o processo de inclusão na rede municipal, não foi diferente.

A maior reivindicação dos profissionais entrevistados estaria relacionada à falta de formação oferecida aos profissionais do sexto ao nono ano do ensino regular. Estes profissionais se consideram até o fechamento das entrevistas, despreparados para lidar, trabalhar, ensinar com o aluno surdo.

Inicialmente pode-se concordar em parte, pois pelo levantamento feito até a presente data existem cursos sendo oferecidos na área de educação inclusiva na cidade de Rio Bonito como, por exemplo: o de Especialização em Educação Especial Déficit Cognitivo e Educação de Surdos da UFSM, oferecido na modalidade de ensino a distância, a Especialização em Educação Especial oferecido pela UNIRIO, na modalidade semipresencial, o de extensão na modalidade a distância oferecida pelo CEDERJ/CECIERJ Educação Especial e Inclusiva, os cursos na modalidade presencial oferecidos pela secretaria municipal: Língua Brasileira de Sinais níveis I, II, III, IV e V (proficiência), Saberes e Práticas da Educação Inclusiva, Educação Inclusiva Sala de recursos em Ação, Educar na Diversidade, Técnica de Leitura e Escrita do Sistema Braille e Sorobã.

Portanto, os cursos existentes, estão de acordo com um dos objetivos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que é de proporcionar aos profissionais da educação formação a fim de dar subsídios teóricos e habilitá-los para a prática com alunos incluídos.

Portanto o professor do sexto ano ao nono ano do ensino fundamental, devido a sua intensa carga horária pode até não obter um horário que concilie sua jornada semanal de trabalho e os cursos oferecidos, porém não há como argumentar que não existam cursos em nossa cidade.

Quanto à prática pedagógica sabemos como educadores, que para que ocorra a aprendizagem é preciso estimular o seu aluno, motivar para se ter uma aula

com participativa, pois não existe varinha mágica e a estratégia utilizada para os alunos da turma A pode ser completamente diferente da turma B.

Nossas turmas regulares não são homogêneas, estáticas e estão repletas de pluralidade cultural.

Ao se pensar na prática pedagógica com os alunos surdos incluídos nessa multiplicidade cultural e de diferenças, a mera presença do intérprete de LIBRAS nos espaços de inclusão não resolve em si a questão do acesso e permanência desse aluno na escola, visto que esse processo não passa apenas pelo viés da língua. Há outras complexidades que envolve a educação do aluno surdo e as relações que se estabelecem entre eles, os ouvintes e a escolar regular.

A maior parte dos professores utiliza um discurso ou prática pedagógica que supervaloriza a oralidade, esta, nem sempre funciona para o aluno ouvinte, imagine a dificuldade de um aluno surdo ao ser inserido nesta turma! Como podemos esperar que esse aluno seja capaz de exercer sua cidadania se não estamos conseguindo incentivá-lo a participar de sua própria aula? Não estamos fornecendo subsídios para que este aluno atue. Ele está sendo um mero expectador.

Faz-se necessário uma mudança geral de teoria, prática pedagógica, fundamento e comprometimento. O ideal em minha análise é que o professor seja de Matemática, História, Geografia, Língua Portuguesa, enfim independente da disciplina o professor ao lecionar para o aluno surdo deveria ter o conhecimento e utilizar a Língua Brasileira de Sinais, pois acredito que assim o professor do sexto ao nono ano do ensino fundamental poderia vivenciar com maior clareza as mudanças necessárias a serem ministradas nas práticas pedagógicas, nos currículos que em sua base são desenvolvidos para alunos ouvintes.

Para estimular o interesse do aluno o professor deverá ter uma prática pedagógica de comunicação visual, utilizando o “olhar”. Ao utilizar o olhar o professor passará a adaptar recursos didáticos para facilitar o aprendizado do aluno surdo. Essa mudança de atitude despertará uma maior identificação do aluno surdo com o professor ouvinte.

Assim, a prática inclusiva dos professores do sexto ao nono ano da rede municipal na cidade de Rio Bonito poderá exercer seu papel de agente do processo educacional com maior coerência, pois a interação seria maior, ao olhar esse sujeito possuidor de uma língua e uma cultura diferente, permitindo que esse aluno se

identifique com o professor e o professor por sua vez vai assimilando os valores culturais dos surdos.

Para que a inclusão se torne cada vez mais expressiva e consiga cumprir seus objetivos se faz necessário que as políticas públicas continuem investindo na formação continuada de profissionais, porque particularmente acredito que através de troca de conhecimentos, dúvidas e aperfeiçoamentos a prática profissional e a visão de todo o processo de ensino aprendizagem são aperfeiçoados.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Unesco, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 20/05/2010

DECRETO Nº 6.571, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm). Acesso em: 20/05/2010

FELIPE, Tanya A. **LIBRAS em contexto**: Curso básico: Livro do estudante. 8ª ed. Rio de Janeiro: WalPrint, 2007.

GUIARB - **O site de Rio Bonito**. Disponível em: <http://www.guiarb.com.br/>. Acesso em: 20/05/2010

LODI, Claudia Balieiro – **Línguas de Sinais: Identidades e Processos Sociais**. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p.1-13, jun. 2006 – ISSN: 1676-2592.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>

SKLIAR, Carlos; QUADROS, Ronice Muller de. **Invertendo... Invertendo epistemologicamente o problema da inclusão**: os ouvintes no mundo dos surdos - Estilos da Clínica, São Paulo, v.V n.9 p 32 -51,2000. Disponível em: <http://www.feneis.org.br/arquivos/invertendo.pdf>. Acesso em: 20/05?2010

SOUZA, Dra. Regina Maria de - **Inclusão escolar e linguagem** – revisitando os PCNs Pro-posições. v. 12. n. 2-3 (35-36). jul.-nov. 2001. [http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/textos/3536-dossie-souzarm\\_etal.pdf](http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/textos/3536-dossie-souzarm_etal.pdf)  
Acesso em: 20/05/2010

THOMA, Adriana da Silva - **A inclusão no ensino superior** - UNISC – GT: Educação Especial / n. 15 - 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/gt15-2552--int.pdf>. Acesso em: 20/05/2010

## **7 ANEXOS**

### **ENTREVISTA 1**

#### **1- Identificação:**

Nome: Professor 1

Tempo de Serviço: 15 anos.

Aluno surdo (quantos, série e turno)

Sexto Ano :1 Segundo Turno

Sétimo Ano :2 Segundo Turno

Nono Ano : 1 Segundo Turno

#### **2- Qual a sua opinião sobre a educação inclusiva?**

Ainda precisa de políticas públicas direcionadas pra esta necessidade

#### **3- Como a libras é representada na sua sala de aula, dentro do contexto inclusivo?**

Sim, com intérpretes.

#### **4- Você se interessa por Libras? Desde quando?**

Desde de quando comecei a trabalhar com alunos especiais .

#### **5- Na sala de aula tem intérprete para atender aos alunos surdos?**

Sim.

#### **6- Em sua opinião, qual o papel do professor no processo de inclusão do aluno surdo?**

Tem sim. O papel é muito importante sem a participação do professor não há inclusão.

#### **7- A partir do momento em que você passou a ter um aluno surdo em sua sala regular sua atuação como professor em sala de aula mudou? Justifique.**

Sim, pois fui inserida em um novo contexto, assim a necessidade de adaptação para esta situação.

**8- Conte um pouco sobre sua experiência:**

a) da interação entre professor / aluno;

Os alunos são temperamentais, necessitando de paciência; outros amáveis e carinhosos. É uma troca de experiências

b) das práticas pedagógicas (diferenciadas ou não);

Difícil, no começo, pois nós, professores não estudamos pra conviver com essa situação. É uma necessidade nova do mercado educacional. Tínhamos que ter sido preparados. A oferta de cursos poderia ser maior, com mais flexibilidade de horários, pois os nós professores trabalhamos em várias escolas.

## **ENTREVISTA 2**

### **1- Identificação:**

Nome: Professor 2

Tempo de Serviço: 13 anos.

Aluno surdo (quanta série e turno)

Sexto Ano: 1 Segundo Turno

Sétimo Ano: 2 Segundo Turno

### **2- Qual a sua opinião sobre a educação inclusiva?**

È muito importante para toda a sociedade.

### **3-Como a libras é representada na sua sala de aula, dentro do contexto inclusivo?**

Sim, com interpretes.

### **4- Você se interessa por Libras? Desde quando?**

Desde quando comecei a trabalhar com alunos surdos, estou fazendo o curso de Libras nível I.

### **5- Na sala de aula tem intérprete para atender aos alunos surdos?**

Sim, em todos os turnos.

### **6- Em sua opinião, qual o papel do professor no processo de inclusão do aluno surdo?**

Acredito que nós professores temos que nos preparar para atender esse aluno surdo. Quando falo de preparação estou me referindo a cursos que nos levem a compreender as dificuldades e limitações desse aluno. Por mais que se tenha interprete na sala de aula, é o professor que tem que passar a mensagem, o conteúdo è necessário que haja maior proximidade entre professor aluno.

**7- A partir do momento em que você passou a ter um aluno surdo em sua sala regular sua atuação como professor em sala de aula mudou? Justifique.**

De certa forma mudou sim, pois passei a ter maior preocupação com o planejamento das atividades.

**8- Conte um pouco sobre sua experiência:**

a) da interação entre professor / aluno;

Embora não tenha o curso de Libras ainda, a interação professor aluno é ótima. Aprendo muito com eles, são muito alegres, carinhosos e inteligentes, também.

b) das práticas pedagógicas (diferenciadas ou não);

Não trabalho com práticas pedagógicas diferenciadas, pois acredito que, se estão em sala regular devem ser tratados como iguais. O que procuro fazer é planejar atividades de produção com figuras, pois isso facilita a interpretação para os surdos.

### **ENTREVISTA 3**

#### **1- Identificação:**

Nome: Maria da Penha da Silva

Cargo: Coordenadora de Educação Especial/Educação Inclusiva

Tutora nos cursos oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura da cidade de Rio Bonito, voltados para a Educação Inclusiva.

Formação: Graduação em Educação Física com Licenciatura Plena e Bacharelado – Universo.

Especialização: Curso: Psicopedagogia - Universidade Castelo Branco.

Especialização em Educação Especial.

Curso: Especialização em Educação Especial – Deficiência Visual- Unirio.

Curso: Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e Surdez - UFSM  
Período de realização: 2008/2010 ( em fase de monografia)

#### **1- Como começou a educação inclusiva na cidade de Rio Bonito?**

Tudo começou em 2005, com a proposta de realização de um curso o que na época foi todo planejado na antiga escola de surdos. Estação Rio dos Índios,

A partir desse fato, Filomena Ribeiro Secretária Municipal de Educação de Rio Bonito, viu a necessidade da criação da Coordenação de Educação Especial, que neste momento (2006) comandada por mim, Maria da Penha da Silva que era professora regente na Estação dos Índios, escola de surdos e Tânia Oliveira, psicóloga na Escola Especial Jose Reis, a idéia era que uma representante de cada escola daria uma segurança melhor para todos os projetos.

Confeccionamos uma carta pesquisa, que foi enviada a todas as escolas da rede com algumas perguntas chave sobre inclusão. O que seria inclusão de alunos com NEE? O que gostariam de conhecer? O que eles sugeriam para o trabalho que iria realizar-se?Ente outras perguntas.

Neste ano realizamos o I Fórum de Educação Inclusiva.

**2- Como foram criados os cursos de extensão na área da Educação Inclusiva?**

Após o I Fórum de Educação Inclusiva influenciámos a ponto de criarmos em 2007, cursos de extensão na área da Educação Inclusiva, Braille, Soroban e Libras, aproveitamos todas as oportunidades e espaços que tínhamos. Neste ano realizamos também o II Fórum de Educação Inclusiva.

**3- Após os fóruns realizados e criação dos cursos, quais outros projetos implantados na expansão da educação inclusiva, na cidade de Rio Bonito?**

Claro que não paramos por aí. Ousamos mais um pouco, criando a primeira Sala de Recursos, no EMPHAC.

O projeto da Sala de Recursos inicialmente teria um perfil diferenciado de outras porque eu também já tinha esta experiência de São Gonçalo, onde fui professora de Educação Especial dos cegos e múltiplas deficiências e também, integrante da Coordenação de Educação Especial do Município.

Aproveitei algumas coisas, mas o diferencial era que o professor teria o seguinte perfil: pesquisador, criativo e dinâmico, já que a sala deveria e deve ser um lugar lúdico, eu costumo chamar de laboratório, a outra característica seria, com visão psicopedagógica, isto é, descobrindo o potencial e habilidade do aluno que nela estivesse.

Desde momento em diante a coordenação de educação inclusiva juntamente com a Secretaria de Municipal de Educação de Rio Bonito passou a disponibilizar um intérprete para toda turma que possuísse um aluno surdo.

**4- Quais os cursos que são oferecidos hoje pela secretaria de Educação para a comunidade?**

Técnica de Leitura e Escrita do Sistema Braille, Sorobã, Língua Brasileira de Sinais níveis I, II, III, IV e V (proficiência), Saberes e Práticas da Educação Inclusiva, Educação Inclusiva Sala de recursos em Ação e Educar na Diversidade.